



1 Às nove horas do dia sete de junho de dois mil e dezesseis, na sede do Tribunal de Contas dos
2 Municípios do Estado do Pará, na Sala das Sessões, Auditório "Governador Alacid da Silva Nunes",
3 sob a Presidência do Conselheiro **CEZAR COLARES**; presentes os Conselheiros, **JOSÉ CARLOS**
4 **ARAÚJO, DANIEL LAVAREDA, MARA LÚCIA, ANTÔNIO JOSÉ GUIMARÃES e SÉRGIO**
5 **LEÃO**; e o Conselheiro Substituto **SÉRGIO DANTAS**, nos termos da Portaria nº 0586/2016;
6 Ausência justificada do Conselheiro **ALOÍSIO CHAVES**; presença da Procuradora Geral do
7 Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará, **ELISABETH SALAME SILVA**;
8 reuniu-se o Egrégio Colegiado do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em
9 Sessão Ordinária realizada nos termos do Artigo 24 do Regimento Interno desta Corte.
10 Convocado o Conselheiro Substituto, **ALEXANDRE CUNHA**, para apresentar proposta de
11 Decisão, nos termos do inciso II, do Artigo 72 do Regimento Interno desta Corte. Antes do
12 julgamento dos processos, o Conselheiro Cezar Colares anunciou ao Plenário a presença dos
13 alunos do 7º e 8º período do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Estácio do Pará - FAP,
14 sob a coordenação dos professores, Everaldo Lino e Luciane Santana, que participaram do
15 programa "TCM de Portas Abertas". Em sequência, apresentada a **PAUTA DE JULGAMENTOS**,
16 momento em que foram anunciados os processos: **Processo nº 201501441-00; Prefeitura**
17 **Municipal de Magalhães Barata; Tomada de Contas – 2012 – Contas de Governo;**
18 Responsável: Raimundo Nonato de Lima Braga; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público:
19 Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; Publicado no DOE nº 0
20 33.140, de 03.06.2016. Retirado de Pauta. **Processo nº 201501441-00; Prefeitura**
21 **Municipal de Magalhães Barata; Tomada de Contas – 2012 – Contas de Gestão;**
22 Responsável: Raimundo Nonato de Lima Braga; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público:
23 Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; Publicado no DOE nº 0
24 33.140, de 03.06.2016. Retirado de Pauta. **Processo nº 170022013-00; Câmara**
25 **Municipal de Bragança; Prestação de Contas – 2013;** Responsável: Nelilson Asevedo
26 Almeida; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha;
27 Relator: Conselheiro Daniel Lavareda; **Publicado no DOE nº 33.140, de 03.06.2016.**
28 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e
29 manifestou-se pela irregularidade das contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao
30 Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu
31 seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela
32 regularidade das contas, com ressalvas, e aplicação de multas. Presidência do Conselheiro Cezar
33 Colares. **Processo nº 300022012-00; Câmara Municipal de Faro; Tomada de Contas –**
34 **2012 – Tomada de Contas Especial;** Responsável: Djalma Pereira de Souza; Instrução: 1ª
35 Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Sérgio
36 Leão; **Publicado no DOE nº 33.140, de 03.06.2016.** Retirado de Pauta. **Processo nº**
37 **813972009-00; Fundo Municipal de Saúde de Senador José Porfírio; Prestação de**
38 **Contas – 2009;** Responsável: Antônio Carlos de Lima; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério



39 Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Antônio José Guimarães;
40 **Publicado no DOE nº 33.140, de 03.06.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério
41 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas. A
42 matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência
43 proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas, com
44 recolhimento, e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. **Por**
45 **maioria**: com aplicação de multas. Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Vencida a
46 Conselheira Mara Lúcia quanto à exclusão da aplicação das multas. **Processo nº 1342402010-**
47 **00; Fundo Municipal De Cultura, Esporte e Lazer de Canaã dos Carajás; Prestação de**
48 **Contas – 2010; Responsável: Elson Ferreira Gomes; Instrução: 7ª Controladoria; Ministério**
49 **Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator convocado para apresentar proposta de decisão:**
50 **Conselheiro Substituto José Alexandre Cunha (Redistribuído do Gabinete do Conselheiro José**
51 **Carlos Araújo); Publicado no DOE nº 33.140, de 03.06.2016.** Cumprindo dispositivo
52 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela
53 regularidade das contas, com ressalvas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro
54 Substituto apresentou sua proposta de **Decisão**, ratificada pelo Conselheiro Relator. A Presidência
55 proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas, com
56 ressalvas, e aplicação de multa. Presidência do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº**
57 **201604631-00; Câmara Municipal de Ourém; Denúncia – 2015 - (Juízo de**
58 **Admissibilidade); Denunciante: Jorge Luiz Pastana Braga; Denunciado: Vereador Luiz Cláudio da**
59 **Silva Lima; Instrução: 3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral Elisabeth Salame da**
60 **Silva; Relatora: Conselheira Mara Lúcia; Publicado no DOE nº 33.140, de 03.06.2016.**
61 Cumprindo dispositivo regimental, a Conselheira Relatora apresentou ao Plenário sua decisão,
62 para conhecimento, nos termos do § 2º, do Art. 292 do RI/TCM. A matéria foi colocada **em**
63 **discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, conheceu da
64 **Decisão da Relatora pela admissibilidade da Denúncia**. Presidência do Conselheiro Cezar Colares.
65 **Processo nº 201509722-00; Prefeitura Municipal de Bragança; Recurso Ordinário**
66 **contra a decisão da Resolução nº 11.825, de 31.03.2015 (Contas de Governo); Responsável:**
67 **Edson Luis Oliveira; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina**
68 **Cunha; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda; Publicado no DOE nº 33.140, de 03.06.2016.**
69 Retirado de Pauta. **Processo nº 201509723-00; Prefeitura Municipal de Bragança;**
70 **Recurso Ordinário** contra a decisão da Resolução nº 11.825, de 31.03.2015 (**Contas de**
71 **Gestão**); Responsável: Edson Luis Oliveira; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público:
72 Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda; **Publicado no DOE nº**
73 **33.140, de 03.06.2016.** Retirado de Pauta. **Processo nº 201513715-00 (Processo nº**
74 **662042009-00); Fundo Municipal de Assistência Social de Salvaterra; Recurso**
75 **Ordinário** contra a decisão do Acórdão nº 26.599; Responsável: Cilene Oliveira de Araújo;
76 Instrução: 3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relatora:



77 Conselheira Mara Lúcia; Advogado/Contador: Elvis Ribeiro da Silva (OAB/PA 12.114); Publicado
78 no DOE nº 33.140, de 03.06.2016. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público
79 ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e negativa de
80 provimento ao Recurso. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu
81 seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo
82 conhecimento e negativa de provimento ao Recurso. Presidência do Conselheiro Cezar Colares.
83 **Processo nº 201119124-00; Prefeitura Municipal de São Francisco do Pará; Recurso**
84 **de Reconsideração** contra a decisão da Resolução nº 10.147; Responsável: Roberto Adail Paes
85 Rodrigues; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros;
86 Relator: Conselheiro Sérgio Leão; **Publicado no DOE nº 33.140, de 03.06.2016.** Retirado De
87 Pauta. **Processo nº 201415959-00; Câmara Municipal de Ourém; Recurso Ordinário**
88 **contra a decisão do Acórdão nº 24.943; Interessado: Valdemiro Fernandez Coelho Júnior;**
89 **Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator convocado para apresentar proposta**
90 **de decisão: Conselheiro Substituto José Alexandre Cunha (Redistribuído do Gabinete do**
91 **Conselheiro José Carlos Araújo); Publicado no DOE nº 33.140, de 03.06.2016.** Retirado de
92 Pauta. **Processo nº 201509873-00; Câmara Municipal do Acará; Recurso Ordinário**
93 **contra a decisão do Acórdão nº 26.581; Responsável: Nailza da Silva Nascimento; Instrução: 7ª**
94 **Controladoria; Ministério Público: Maria Inez Gueiros; Relator convocado para apresentar**
95 **proposta de decisão: Conselheiro Substituto José Alexandre Cunha (Redistribuído do Gabinete do**
96 **Conselheiro José Carlos Araújo); Advogado/Contador: Elvis Ribeiro da Silva Publicado no DOE**
97 **nº 33.140, de 03.06.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
98 posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e negativa de provimento ao
99 Recurso. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Substituto apresentou sua
100 proposta de **Decisão**, ratificada pelo Conselheiro Relator. A Presidência proclamou a **Decisão**: O
101 Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e provimento parcial do Recurso, com a
102 mudança da decisão pela regularidade das contas, com ressalva, e a redução do valor da multa.
103 Presidência do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 684002005-00; Fundo Municipal De**
104 **Saúde de Santa Izabel do Pará; Recurso de Reconsideração contra a decisão do Acórdão nº**
105 **17.224/2008; Responsável: Alberto Mitsuyuki de Brito Kató (período de 01.01 a 14.03), e José**
106 **Maria Pereira Tinoco (15.03 a 31.12.2005); Ministério Público: Procuradora Geral Elisabeth Salame**
107 **da Silva; Relator: Conselheiro Substituto Sérgio Dantas (Portaria nº 0586/2016); Publicado no**
108 **DOE nº 33.127, de 13.05.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público
109 ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e provimento total do
110 Recurso. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A
111 Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e
112 provimento total do Recurso, com a reforma da decisão pela regularidade das contas. Presidência
113 do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 744372009-00; SEMED/FUNDEB de São**
114 **Caetano de Odivelas; Recurso Ordinário contra a decisão do Acórdão nº 23.448/2013;**



115 Responsável: Manoel Edivaldo da Silva Gonçalves; Instrução: 6ª controladoria; Ministério Público:
116 Procuradora Geral Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Substituto Sérgio Dantas
117 (Portaria nº 0586/2016); Publicado no DOE nº 33.140, de 03.06.2016. Cumprindo
118 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-
119 se pelo conhecimento e provimento parcial do Recurso. A matéria foi colocada **em discussão**. O
120 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à
121 **unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e provimento parcial do Recurso, com a modificação
122 da decisão pela regularidade das contas, com ressalva. Presidência do Conselheiro Cezar Colares.
123 **Processo nº 201606112-00; Prefeitura Municipal de Belém; Denúncia com Pedido de**
124 **Cautelar (Juízo de Admissibilidade);** Denunciante: TRANSCIDADE SERVIÇOS AMBIENTAIS
125 EIRELI (Cidade Limpa Ambiental); Denunciado: Monique Soares Leite (Presidente da Comissão de
126 Licitação - SESAN); Instrução: 1ª Controladoria; Relator: Conselheiro Sérgio Leão;
127 Advogado/Contador: Marsal Antônio Crema (OAB-PA nº 7.135). Cumprindo dispositivo regimental,
128 o Conselheiro Relator apresentou ao Plenário sua decisão, para conhecimento, nos termos do §
129 2º do Art. 292 do RI/TCM/PA. A matéria foi colocada **em discussão**. A Presidência proclamou a
130 **Decisão**: O Plenário, à **unanimidade**, conheceu da decisão do Relator pela admissibilidade da
131 Denúncia, com as recomendações constantes no voto. Presidência do Conselheiro Cezar Colares.
132 **Processo nº 201606062-00; Prefeitura Municipal de Belém; Denúncia com Pedido de**
133 **Cautelar (Juízo de Admissibilidade);** Denunciante: B A MEIO AMBIENTE LTDA; Denunciados:
134 Kleber Ramos (Secretário Municipal – SESAN) – 1º Denunciado e Monique Soares Leite
135 (Presidente da Comissão de Licitação – SESAN) - 2ª Denunciada; Instrução: 1ª Controladoria;
136 Relator: Conselheiro Sérgio Leão; Advogado/Contador: Carlos Valério dos Santos Neto (OAB-PA
137 nº 9.554). Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro Relator apresentou ao Plenário sua
138 decisão, para conhecimento, nos termos do § 2º, do Art. 292 do RI/TCM/PA. A matéria foi
139 colocada **em discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à **unanimidade**,
140 conheceu da decisão do Relator pela admissibilidade da Denúncia, com as recomendações
141 constantes no voto. Presidência do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 870022014-00;**
142 **Câmara Municipal de Xinguara – 2014; Reabertura de Instrução Processual;**
143 Responsável: Dorismar Altino de Medeiros; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público:
144 Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Cezar Colares. Cumprindo dispositivo
145 regimental, o Conselheiro Relator solicitou a reabertura da instrução do processo, determinando o
146 prazo de 30 dias para a conclusão da análise. A matéria foi colocada **em discussão**. A
147 Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à **unanimidade**, decidiu autorizar a reabertura
148 solicitada, determinando o prazo de 30 dias para a conclusão da análise (Resolução nº 12.540).
149 Presidência do Conselheiro Sérgio Leão. **Processo nº 452302011-00; FUNDEB de Melgaço –**
150 **2011; Reabertura de Instrução Processual;** Responsável: Nilson Carvalho do Nascimento;
151 Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator:
152 Conselheiro Cezar Colares. Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro Relator solicitou a



153 reabertura da instrução do processo, determinando o prazo de 60 dias para a conclusão da
154 análise. A matéria foi colocada **em discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário,
155 **à unanimidade**, decidiu autorizar a reabertura solicitada, determinando o prazo de 60 dias para
156 a conclusão da análise (Resolução nº 12.541). Presidência do Conselheiro Sérgio Leão.
157 **MATÉRIA ADMINISTRATIVA**: o Conselheiro Cezar Colares pediu a palavra para apresentar ao
158 Plenário voto de pesar pelo falecimento do ex Ministro de Estado da Educação e Cultura, ex
159 Ministro de Estado da Justiça, ex Senador da República, ex Governador do Estado do Pará,
160 **JARBAS PASSARINHO**, ocorrido no último dia 5 de junho, ressaltando a trajetória dos serviços
161 por ele prestados ao nosso país, no que foi acompanhado pelos Conselheiros, bem como pela
162 Procuradora Geral do Ministério Público, Elisabeth Salame da Silva. A Presidência, **à**
163 **unanimidade**, determinou a imediata comunicação da aprovação do voto de profundo pesar,
164 registrado em Ata, à família enlutada, especialmente ao Conselheiro Ronaldo Passarinho,
165 Conselheiro aposentado desta Casa. Presidência do Conselheiro Cezar Colares. **DISTRIBUIÇÃO**
166 **DE PROCESSOS. PALAVRA DOS CONSELHEIROS e MEMBRO DO MINISTÉRIO**
167 **PÚBLICO**: *a Conselheira Mara Lúcia pediu a palavra e assim manifestou-se: "antes de mais nada,*
168 *respeitando a manifestação do Relator, até porque lhe cabe decisão monocrática, mas eu queria*
169 *pontuar uma situação, nós fizemos 2 (duas) reuniões extraordinárias, antes dessas reuniões fizemos 1*
170 *(uma) que eu não posso dizer que foi extraordinária, mas fizemos uma reunião com V. Exa. e depois*
171 *veio ao Plenário esta situação, e V. Exa, posso dizer por consideração, porque regimentalmente*
172 *poderia naquele momento se manifestar sobre a cautelar, conforme diz o Artigo 144 do nosso*
173 *Regimento, e V. Exa. por consideração à ausência do Relator preferiu aguardar o retorno do mesmo, e*
174 *posteriormente tivemos as duas reuniões administrativas, essas duas reuniões administrativas tiveram*
175 *a presença do Secretário para fazer a ata, tudo tentando o melhor resultado para essa situação que*
176 *nos coloca como vidraça, porque se trata de um contrato de vulto, um contrato de briga de cachorro*
177 *grande, entende ? Então nós estávamos cautelosos, aguardando, e a última reunião administrativa*
178 *foram apresentadas algumas sugestões pelo Conselheiro Aloísio Chaves e por nós, e eu esperava do*
179 *Relator que a mesma consideração que nós tivemos fosse retribuída da seguinte forma, que pelo*
180 *menos nós recebêssemos a análise técnica detalhada que foi feita pela sua equipe na apreciação*
181 *desses pontos de impugnação, pode até mandar depois, mas eu acho que como nós tivemos a*
182 *consideração de antes conversar de não usar do 144, de aguardar o Relator, eu acho que deveria ser*
183 *retribuído na mesma forma. Mas respeito a decisão monocrática e vamos aguardar o que vem depois*
184 *porque existe neste Tribunal, vai fazer aniversário mês que vem, um agravo de instrumento que não*
185 *foi apreciado e que provavelmente, como disse o Relator, a empresa que está se sentindo prejudicada*
186 *tem se manifestado pontualmente com relação a todas as decisões deste Tribunal, e provavelmente*
187 *também vai apresentar. Eu só espero isso, que esse agravo venha para que este Plenário aprecie*
188 *porque o que veio antes vai completar 1 (hum) ano mês que vem e não foi apreciado. Mas respeito a*
189 *decisão, Presidente, era o que eu queria dizer, Presidente, e falando as palavras do Conselheiro Daniel*
190 *Lavareda, que também esteve nessas reuniões, "para que esse Tribunal não fique desmoralizado".*
191 *Manifestação do Conselheiro Cezar Colares: "Conselheira Mara, eu queria só fazer uma observação.*



191 *Primeiro, V. Exa. referiu-se a mim quanto ao pedido de cautelar que foi encaminhado, como o*
192 *Conselheiro estava de férias foi à Presidência. Não foi só por consideração à ausência do Conselheiro*
193 *que eu não dei a cautelar, eu não me senti convencido em dá-la. Os argumentos apresentados para*
194 *mim não eram suficientes...". Manifestação da Conselheira Mara Lúcia: "então negasse...".*
195 *Manifestação do Conselheiro Cezar Colares: "não eram suficientes, e antes de eu negar a licitação foi*
196 *adiada pelo órgão que está realizando a licitação. Então, por isso que não foi. Segundo, eu tenho, eu*
197 *não lembro, nesta Reunião Administrativa não me lembro, posso estar errado, de ter ficado dito pelo*
198 *Relator que ele daria a cautelar suspendendo o processo licitatório. Isto não está nas minhas*
199 *memórias...". Manifestação da Conselheira Mara Lúcia: "como ?". Manifestação do Conselheiro Cezar*
200 *Colares: "eu não lembro desta Reunião Administrativa, de que o Relator daria a cautelar sustando o*
201 *processo licitatório. Ele ia analisar, e ele fez uma série de possibilidades, mas não de suspender o*
202 *processo licitatório...". Manifestação da Conselheira Mara Lúcia: "mas eu não disse isso aqui, de que*
203 *ele não daria a cautelar, eu não disse que ele não daria a cautelar...". Manifestação do Conselheiro*
204 *Cezar Colares: "quanto ao não encaminhamento, o Relator pode encaminhar, eu acho, Conselheira,*
205 *que nós estamos potencializando uma exposição muito grande do Tribunal. Essas exposições nas*
206 *mídias, em jornais, hoje mesmo uma nota agressiva ao Conselheiro Sérgio que eu faço questão de*
207 *repudiar, e que repudio a qualquer Conselheiro deste Tribunal que seja agredido injustamente por*
208 *qualquer órgão de radio, de televisão e de jornal. Eu acho que nós estamos potencializando uma*
209 *exposição deste Tribunal. Não tenho crença de que seja este o caminho. Respeito a posição do*
210 *Relator, vai seguir o curso normal, quem quiser apresentar os seus recursos que apresente. Acho que*
211 *nós precisamos é, enfim, ter um pouco mais de cuidado com a tramitação destes processos no*
212 *Tribunal". Manifestação da Conselheira Mara Lúcia: "eu pediria só, Presidente, que o Secretário me*
213 *providenciasse as atas da reunião, das reuniões, que até agora eu não tive acesso a nenhuma ata".*
214 *Manifestação do Conselheiro Cezar Colares: "certamente a Secretaria...". Manifestação da Conselheira*
215 *Mara Lúcia: "já estou pedindo pela segunda vez". Manifestação do Conselheiro Cezar Colares: "a*
216 *Secretaria providenciará a V. Exa. Agora muita coisa da reunião saiu nos jornais". Manifestação do*
217 *Conselheiro Daniel Lavareda: "Presidente, eu acho que a gente deve desarmar nossos espíritos para*
218 *tratar desta questão, acima de tudo com a questão Institucional. Primeira questão é a questão*
219 *Institucional. Eu entendo, eu advoguei durante 22 (vinte e dois) anos da minha vida e sei quando*
220 *existem duas corporações muito grandes, como se falou, de um contrato milionário, de briga de*
221 *cachorro grande e nós estamos no meio dessa confusão aí. Mas, o que me preocupa, e vou transmitir*
222 *essa preocupação para o Conselheiro Sérgio, e para o Plenário, não é a decisão do Conselheiro Sérgio,*
223 *que acho que ela está dentro da competência e da jurisdição dele, mas é, acima de tudo, é a nossa*
224 *decisão na cautelar que nós proferimos há 1 (um) ano atrás. Nós determinamos à Prefeitura, e aí a*
225 *decisão não é mais do Conselheiro Sérgio já é nossa, nós determinamos à Prefeitura que adotasse um*
226 *monte de medidas para o cumprimento da nossa cautelar, eu creio que não vai ser possível ela*
227 *cumprir por conta dos prazos, os prazos já foram embora...". (Inaudível). Manifestação do Conselheiro*
228 *Daniel Lavareda: "não, não, eu não estou entrando neste mérito aqui, Conselheiro, esse mérito do*
229 *Conselheiro Sérgio aí é dele, eu não estou entrando nesse mérito, não estou discutindo isso, eu estou*



229 discutindo a nossa cautelar lá atrás. Eu acho que essa nossa cautelar, com a devida vênia ao
230 Conselheiro Sérgio, eu acho que ela deve vir ao Plenário para que nós deliberemos, porque nós
231 decidimos uma cautelar que o próprio Conselheiro Sérgio expediu dizendo que a Prefeitura tinha que
232 fazer o processo licitatório naquela regra assim, assado, cozido, sob pena de multa. Se não fizesse no
233 prazo ia ser estabelecida multa. Então, essa matéria que foi deliberada por nós, eu não quero discutir
234 as outras porque quem tiver insatisfeito com o posicionamento do Conselheiro Sérgio recorra. Mas a
235 nossa decisão, eu acho que ela tem que voltar ao Plenário. A decisão que nós proferimos com relação
236 a cautelar, eu acho que nós temos, e digo mais, assim, com o intuito de contribuir, acho que se nós
237 pudéssemos fazer um roteiro, como eu disse - "vamos estabelecer um roteiro", porque aí não fica, se
238 a gente dissesse - "olha o que a gente quer é isso", e pode vir agora um monte de gente querendo
239 impugnar edital, porque os editais que foram impugnados, não interessam mais para gente. A gente
240 queria isso, que saísse a taxa do meio ambiente, queria que saísse isso, porque são posições técnicas
241 que foram colocadas. Saiu isso, não tem mais inconstitucionalidade, não adianta a pessoa chegar com
242 outro recurso, com outro recurso, mas até agora não tem essa posição. É por isso que está dando
243 toda essa confusão. Essa confusão se dá porque a B.A., ela está inconformada, parece que ela é a
244 maior interessada nisso, está inconformada, como nós ainda não estabelecemos parâmetros, ela vive
245 impugnando para cá, impugnando para lá, para acolá. Enquanto nós não decidirmos o que a gente vai
246 fazer com isso, vai chover aqui mais e mais problemas, e nós vamos continuar sendo expostos. Então,
247 eu queria apenas, á título de contribuição, de colaboração, fazer essas considerações porque eu tenho
248 a preocupação que neste caso a nossa cautelar possa a vir se tornar uma medida inócua. É só essa a
249 observação...". Manifestação do Conselheiro Cezar Colares: "concordo plenamente com V. Exa., e
250 penso que nós devemos nos ater a isso. Essas disputas empresariais, elas tem que ficar para lá. Se o
251 edital, eles fizeram retirando o que estava sendo contestado, eles que disputem para lá. Temos que
252 resguardar o Tribunal e nossas decisões. Eu penso que no momento adequado isso naturalmente tem
253 que vir ao Plenário". Manifestação da Conselheira Mara Lúcia: "Presidente, só que conforme disse o
254 Conselheiro, por isso que eu me reporte ao agravo que ainda não foi trazido, foi naquela situação,
255 então como disse o Conselheiro – "estamos aqui para defender a Instituição, quem quiser que brigue
256 para lá", que eu não sei onde é esse para lá porque aqui tem Instância...". Manifestação do
257 Conselheiro Daniel Lavareda: "para lá é Tribunal...". Manifestação do Conselheiro Cezar Colares: "para
258 lá na licitação..." Manifestação da Conselheira Mara Lúcia: "não, aqui tem Instância no sentido de ter...
259 E o agravo é um recurso que tem que ser trazido, ou mudou a legislação desse Tribunal ? É o que eu
260 pergunto. Quando eu me referi, eu estou falando da Instituição, quando eu me referi a
261 desmoralização eu estou falando da Instituição, não estou apontando a, b, c, ou d. Agora, não
262 interessa a forma como o edital é trazido ? Porque me parece que as impugnações que eles resolvam
263 fazer não sei por onde, não sei por onde...". Manifestação do Conselheiro Cezar Colares: "não foi isso
264 que eu disse...". Manifestação da Conselheira Mara Lúcia: "se vem um edital, ou nós não verificamos
265 mais a legalidade de edital ? Porque inclusive tem um contrato aqui da Sólida Engenharia e esse
266 Tribunal fala tanto de mural, de transparência, e portal, e eu não sei mais o que falta mais inventar...".
267 Manifestação do Conselheiro Cezar Colares: "inventar?". Manifestação da Conselheira Mara Lúcia:



267 "sim, no sentido da gente tentar de alguma forma a transparência, não é verdade ? E o que é que
268 acontece ? Até agora eu não sei se estão acompanhando em tempo real porque até agora já foram
269 pagos 12 (doze) milhões para esta Empresa, e esta no meio da confusão, está no meio desta
270 confusão". Manifestação do Conselheiro Cezar Colares: "cada Controladoria tem que acompanhar o
271 seu mural". Manifestação da Conselheira Mara Lúcia: "e depois, Presidente, V. Exa diz que nós não
272 temos, que estamos sendo alvo disso, alvo daquilo, temos que ver e botar a mão na consciência e ver
273 até onde nós estamos provocando isso. É aí que eu falo pela Instituição. Não estou aqui apontando a,
274 b ou c, eu estou falando aqui também, como disse o Conselheiro Daniel, pela Instituição".
275 Manifestação do Conselheiro Cezar Colares: "eu também, Conselheira". Manifestação da Conselheira
276 Mara Lúcia: "então, mas V Exa. coloca como se notas em jornais, eu não sei o que está acontecendo,
277 isso não fizesse bem para o Tribunal, claro que não. Estou aqui desde 2008 e sempre defendi o
278 Tribunal". Manifestação do Conselheiro Cezar Colares: "eu também...". Manifestação da Conselheira
279 Mara Lúcia: "agora, dizer que essas notas, como se o Tribunal não tivesse de alguma forma que se
280 responsabilizar por todo esse tempo que está, como disse o Conselheiro Daniel essa situação aqui, da
281 nossa cautelar ? Tem, tem Conselheiro, o Senhor me desculpe, mas tem". Manifestação do
282 Conselheiro Cezar Colares: "não só por essa, mas por várias outras. Conselheiro Sérgio Leão tem mais
283 alguma colocação a fazer ?" Manifestação do Conselheiro Sérgio Leão: "eu preferia não falar, juro por
284 Deus, eu preferia não falar". Manifestação do Conselheiro Cezar Colares: "bem, muito bem, e nada
285 mais havendo a tratar, está encerrada a presente Sessão". **ENCERRADA** a presente Sessão, às dez
286 horas da qual foi lavrada a presente Ata. Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios
287 do Estado do Pará, em sete de junho de dois mil e dezesseis.

Visto:

Robson Figueiredo do Carmo
Secretário Geral

Conselheiro Presidente **Cezar Colares**
Presidente da Sessão

Conselheiro Vice Presidente **Sérgio Leão**
Presidente da Sessão